



MUNICÍPIO DE SANTA MARTA DE PENAGUIÃO
CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA
24 DE FEVEREIRO DE 2015

N.º 05/2015

PRESIDÊNCIA: Dr. Luís Reguengo Machado, Presidente da Câmara. -----

VEREADORES PRESENTES: José Manuel Moreira Lopes, Dr. Luís Manuel Mota Bastos e
Aníbal Pinto Prior. -----

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS: Dr.ª Sílvia da Fonseca Silva. -----

SECRETARIOU: Dr. António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão. -----

HORA DE ABERTURA: 09:00 horas. -----

OUTRAS PRESENÇAS: Não houve. -----

ATA DA REUNIÃO ANTERIOR: Aprovada em minuta no final da respetiva reunião. -----



SUMÁRIO

Pág.

DIVISÃO DE PLANEAMENTO, COORDENADÇÃO TÉCNICA E GESTÃO URBANA

- | | |
|---|---|
| 1 – Alteração ao Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território do Alto Douro
Vinhateiro – Aprovação da Versão Final..... | 3 |
| 2 – Proposta de Aprovação do Plano de Ação para a Energia Sustentável do Município de
Santa Marta de Penaguião..... | 4 |



DIVISÃO DE PLANEAMENTO, COORDENADÇÃO TÉCNICA E GESTÃO URBANA

**Alteração ao Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território
do Alto Douro Vinhateiro – Aprovação da Versão Final**

----- 1 – Presente à reunião proposta do Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----
----- “Considerando que: -----
----- A Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião (na sua reunião de 19 de Fevereiro de 2013), e a Assembleia Municipal de Santa Marta de Penaguião (na sua sessão de 28 de Fevereiro de 2013) aprovaram a proposta de início do procedimento de alteração do Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território do Alto Douro Vinhateiro (PIOTADV), aprovado pela Assembleia Municipal de Santa Marta de Penaguião em 27 de Fevereiro de 2003 e ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 150/2003, de 22 de Setembro; -----
----- Nas mesmas datas pelos referidos órgãos foi ainda deliberado delegar na Comunidade Intermunicipal do Douro (CIMDOURO) a competência para a tramitação processual e administrativa do processo de alteração; -----
----- A CIMDOURO, através do Aviso n.º 3913/2013, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 54, de 18 de Março, publicitou o início da alteração, nos termos e para os efeitos do previsto n.º 1 do artigo 94.º e do n.º 2 do artigo 64.º, ambos do Decreto-Lei n.º 380/99, de 21 de setembro, na sua redação atual (RJIGT); -----
----- O projeto de proposta de alteração do PIOTADV foi aprovado pelo Conselho Intermunicipal da CIMDOURO em 27 de Novembro de 2013 e objeto de Conferência de Serviços realizada em 22 de Maio de 2014, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 3 do art.º 75-C do RJIGT; -----
----- No seguimento da Conferência de Serviços foi aberto entre 06 de Outubro e 14 de Novembro de 2014 um período de discussão pública da proposta de alteração do PIOTADV - nos termos do artigo 77.º, n.º 3 e n.º 4, conjugado com o n.º 1 do artigo 96.º, ambos do RJIGT – através do Aviso n.º 10826-A/2014, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 186, de 26 de Setembro, na sequência do qual foi elaborado um Relatório de Análise e Ponderação das



participações e dos respetivos resultados, em cumprimento do disposto no n.º 5 do artigo 77.º do já referido RJIGT; -----

----- A versão final do PIOTADV foi aprovada pelo Conselho Intermunicipal da CIMDOURO em 28 de Janeiro de 2015 e remetida à CCDR Norte para-----

----- A versão final da proposta de alteração ao PIOTADV foi sujeita a parecer final da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N), em conformidade com o disposto no art.º 78.º do RJIGT, que informou que não haveria lugar à emissão de parecer dado tratar-se de uma alteração operada ao abrigo do art.º 75-C do RJIGT; -----


----- Considerando, finalmente, estar o processo de alteração ao PIOTADV processualmente concluído e em condições de ser submetido à aprovação da Assembleia Municipal, mediante proposta desta Câmara Municipal, nos termos do n.º 1 do artigo 79.º; -----

----- Submete-se à consideração do Ex.mº Executivo Municipal, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro a proposta final, da alteração ao Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território do Alto Douro Vinhateiro, anexo à presente ata, composta por 2 volumes e 4 anexos, para efeitos de submissão à Assembleia Municipal para aprovação, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 79.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, na sua redação atual. " -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, a proposta final, da alteração ao Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território do Alto Douro Vinhateiro e submeter à Assembleia Municipal para aprovação, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 79.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro.** -----

Proposta de Aprovação do Plano de Ação para a Energia Sustentável do Município de Santa Marta de Penaguião

----- 2 – Presente à reunião, proposta do Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----



----- “O Município de Santa Marta de Penaguião comprometeu-se com as metas do Pacto Europeu dos Autarcas – *Covenant of Mayors* – através da sua adesão a 22 de abril de 2013 por via da aprovação em Câmara Municipal datada de 16/04/2013 e em Assembleia Municipal com data de 19/04/2013. A concretização dessas metas resultará na redução de 20% das emissões de CO₂ do Município através da implementação de um conjunto de medidas de iniciativa municipal, privada ou em parceria. Essas medidas centram-se na promoção da eficiência no consumo de energia e na integração de energias renováveis de pequena escala no território do Município. -----

----- Com a referida adesão o Município dispôs de um ano para que consolidasse e propusesse ao secretariado do Pacto dos Autarcas o consequente “Plano de Acção de Energia Sustentável (PAES)” referente ao seu território, tendo desta forma sido atribuída a data de 19/abril/2014 para a sua apresentação, sobre a qual foi requerida e aprovada pelo Secretariado do Pacto uma prorrogação de 9 meses para 19/janeiro/2015. -----

----- Dado que o Município integra a Comunidade Intermunicipal do Douro (CIMDOURO), e tendo esta sido aprovada pela Direção Geral de Energia da Comissão Europeia, como “Entidade Coordenadora Territorial” para o acompanhamento deste processo ao nível da região do Douro, que envolve igual compromisso também assumido pelas restantes 18 autarquias associadas, foi contratado e desenvolvido pela empresa “IRRADIARE, Lda” no âmbito de uma candidatura cofinanciada pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, ao abrigo da operação NORTE-07-0927-FEDER-000200 [Capacitação Institucional da CIMDOURO] do Programa Operacional Regional do Norte, a elaboração do referido “PAES” bem como de outros documentos complementares, nomeadamente a Matriz Prospetiva (que integra a Matriz Energética e a Matriz de Emissões) e a Matriz da Sustentabilidade Energética e Climática do Douro. -----

----- Os documentos anteriormente referenciados, após as suas conclusões e numa versão ainda provisória, foram enviados à autarquia no passado mês de novembro/2014 para que fossem analisados, tendo-se seguido a elaboração das suas versões finais, onde nesta última fase se acrescentou ainda o “Sumário Executivo do PAES”. -----

----- Dos referidos documentos complementares é de destacar que, relativamente à análise prospetiva da evolução dos consumos energéticos no município, esta permite antever os cenários de evolução, considerando tanto a situação de base como os impactos das medidas a implementar no quadro do cumprimento das metas do Pacto dos Autarcas. Através da análise



prospetiva os benefícios a médio prazo podem ser aferidos permitindo, assim, antecipar a evolução dos indicadores energéticos que correspondem a essas metas. Ainda através da matriz energética prospetiva é possível antever o progresso do balanço energético do município e antecipar tanto a concretização das metas como a eventual necessidade de aprofundamento de medidas. -----

----- No que se refere ao "PAES" propriamente dito, para além de congregar não só a própria Matriz Prospetiva, são elucidadas ainda diversas medidas de sustentabilidade energética (que se encontram resumidamente no "Sumário Executivo), com base nas características específicas do Município e na caracterização energética e identificação de fontes de emissões de CO₂ resultantes da realização do inventário de referência de emissões e que no seu conjunto permitirão a redução de 20% das emissões do município até 2020. -----

----- A adesão ao Pacto Europeu de Autarcas, a realização do PAES e a respetiva implementação articulam com a formulação de estratégias de desenvolvimento sustentável, de atratividade e competitividade. A implementação das medidas de sustentabilidade energética atua como um ativo na atração de inovação, recursos, investimento e emprego. Neste quadro, a adesão ao Pacto Europeu de Autarcas constitui um passo significativo na afirmação do Município de Santa Marta de Penaguião no reforço do seu contributo para a projeção da região do Douro. -

----- Após submissão ao Secretariado do Pacto do Autarcas, inicia-se o processo de implementação com a articulação das medidas do Plano de Ação com agendas, programas e projetos regionais e municipais e de outras entidades intervenientes. -----

----- Por razões de celeridade e urgência e dado que não é possível reunir a Câmara Municipal, em tempo útil, aprovo, tendo em consideração o disposto no n.º 3, do artigo 35.º do anexo I à Lei n.º 75/13, de 12 de setembro, o seguinte: -----

1. O Plano de Ação para a Energia Sustentável do Município de Santa Marta de Penaguião e o correspondente Sumário Executivo, cujos documentos se anexam à presente informação; -----
2. Submeter o Plano de Ação para a Energia Sustentável do Município de Santa Marta de Penaguião ao secretariado do Pacto de Autarcas para efetivação do compromisso assumido aquando a adesão ao Pacto de Autarcas. -----
3. Divulgar à população em geral as principais conclusões do Plano de Ação para a Energia Sustentável através da publicação na página da Internet do Município do

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 5 de 24 de fevereiro de 2015

respetivo Sumário Executivo.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, ratificar o despacho do Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luís Reguengo Machado, proferido ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 35º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----**

----- E não havendo mais nada a tratar, a Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata, em minuta, nos termos e para os efeitos consignados no artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente da Câmara e por mim, António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão, com funções de Secretário que a elaborei. Foi encerrada a reunião quando eram 09:10 horas. -----

O Chefe de Divisão,



(António Augusto Amaral Sequeira)

O Presidente Câmara,



(Luís Reguengo Machado, Dr.)